

CONSIDERAÇÕES SOBRE TIPOS DOCUMENTAIS EM GÊNEROS NÃO TEXTUAIS

Considerations about documental types in non-textual genres

Camilla Campoi de Sobral¹ 

RESUMO

O presente estudo tece algumas considerações sobre a identificação tipológica aplicada aos gêneros não textuais e apresenta a importância da definição de gênero e de um projeto descritivo unificado que contemple todo o acervo. Os autores reconhecem que a abordagem tipológica seja uma solução possível aos documentos não textuais. Ao se considerar a totalidade de um acervo no processo de organização, admitindo-se as diferentes linguagens e técnicas de registro que o compõem, deve-se perseguir um horizonte comum na descrição do conjunto.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero documental. Contexto. Tipos documentais. Descrição arquivística.

ABSTRACT

This study aims to discuss typological identification applied to non-textual genres. It presents the importance of genre definition, as well a unified descriptive project that contemplates the entire collection. The authors recognize that the typological approach is a possible solution to non-textual documents. Regarding the collection entirety throughout the organization process, and admitting the different languages and record techniques that compose it, it is imperative to pursue a common horizon in the set description.

KEYWORDS: Documentary genre. Context. Documentary types. Archival description.

¹ Doutoranda e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou em projetos do Arquivo Nacional do Brasil, na Fundação Casa de Rui Barbosa e na empresa Grifo Projetos Históricos e Editoriais/Fundação Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, é arquivista na Força Aérea Brasileira (FAB).



1 INTRODUÇÃO

A tipologia documental tem sido discutida no Brasil nas últimas décadas. No âmbito institucional, os estudos empreendidos pela pesquisadora Heloísa Bellotto foram seminais; já na esfera dos arquivos pessoais, as pesquisas desenvolvidas por Ana Maria de Almeida Camargo representam esse esforço.

A iniciativa dos pesquisadores e profissionais da área em nomear documentos para fins de organização de arquivos revelou-se a forma mais adequada de garantir a sua compreensão e explicitar as relações e atividades que os documentos representam no conjunto ao qual pertencem.

Os princípios da análise diplomática comumente aplicados no contexto dos documentos oficiais, oriundos de atividades administrativas e dos documentos notariais, também podem ser aplicados aos documentos menos formais. A aplicação de tais fundamentos aos documentos destituídos da formalização jurídica e/ou administrativa proporcionou uma oxigenação na organização de acervos.

Conforme destaca Camargo (2011; 2015), os documentos de arquivo são, por excelência, textuais, mas os arquivos são compostos por outros gêneros, tais como os iconográficos, audiovisuais, sonoros e os objetos. Todavia o tratamento dispensado para fins de organização de acervos aos gêneros não textuais muitas vezes passa ao largo do tratamento destinado aos documentos convencionais.

Camargo (2011) destaca, sob a alegação de microclimas e ambientes especializados, que entidades encarregadas da custódia dos arquivos apartam a documentação pelos gêneros documentais. E ainda:

casos de dispersão podem ser encontrados no plano institucional, quando a criação de museus da imagem e do som, por exemplo, acaba por fracionar fundos e dispersá-los; e também no plano metodológico, quando o critério funcional cede lugar a uma abordagem autoral ou temática de documentos individualizados (CAMARGO, 2011, p. 158).



O panorama desenhado por Camargo apresenta a realidade de muitos conjuntos ao ingressar em diversas instituições de custódia. A divisão de acervos dentro da própria instituição ou seu alijamento no ingresso, sob critérios que vão de encontro à manutenção da integralidade do conjunto documental, são procedimentos que necessitam ser repensados pelos profissionais da área.

Ao dispersar dentro da instituição um determinado conjunto documental visando à conservação do material, e estendendo essa separação à metodologia empregada na organização do acervo, ocorre a quebra do conceito de arquivo ao inviabilizar, por meio da descrição, o explicitar do contexto e dos relacionamentos dos documentos. O emprego de diferentes metodologias para as partes gera uma representação incompatível do todo.

Eddy Put, professor de arquivística da Universidade de Bruxelas, escreveu um artigo no qual relata sua experiência como chefe da sala de leitura do Arquivo do Reino de Bruxelas. O autor chama a atenção sobre a importância da tipologia documental na descrição arquivística e sinaliza: “os arquivistas encontram sua vantagem em uma tipologia padronizada dos documentos que classificam e descrevem. É muito importante reservarmos tempo e a energia necessários para essa tarefa” (PUT, 2007, p. 291, tradução nossa).

Um único projeto descritivo que contemple as diferentes linguagens e materiais dos acervos é fundamental. Experiências neste sentido, que apostam na tipologia documental, têm se mostrado as mais acertadas, pois permitem “reconhecer outros documentos de iguais características que são testemunhos de uma ação ou ato determinado” (HEREDIA, 2007, p. 45, tradução nossa).

Adotou-se neste estudo a definição de espécie documental como a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 46). Para Bellotto, é a partir da espécie documental que se identifica a estrutura pela qual um documento torna-se válido para cumprir uma ação.

Posto isto, em uma edição dedicada à tipologia documental, é oportuno discutir as potencialidades da identificação tipológica em gêneros não textuais. Para relacionar



as questões propostas, argumenta-se sobre a importância das definições ao nomear documentos e de que maneira a abordagem tipológica pode ser a solução mais coerente na organização de acervos.

2 A IMPORTÂNCIA DAS DEFINIÇÕES

A forma como a teoria se expressa na prática pode ser identificada a partir das orientações dos profissionais para o cotidiano da área. Enquanto os teóricos permitem reflexões sobre as definições e conceitos, o instrumental permite identificar como uma forma de pensamento consolidado permeia diferentes instituições, plasmado pelos arquivistas no método adotado na organização de acervos.

Yeo (2007), em um interessante exemplo, explica que, para algumas pessoas, um exemplar de um pássaro pode ser um tordo e, para outras, pode ser uma águia. A pluralidade de referenciais humanos para compreender representações necessita de definições, pois é pela comparação e diferenciação que os indivíduos reconhecem objetos no mundo.

Diferentes correntes de pensamento e filiações teóricas são importantes como dinâmica de oxigenação para construção científica de uma área. Entretanto, o consenso terminológico e seus espectros de significados denotam uma base de referenciais compartilhados pelos profissionais.

Ao se recuperar o termo gênero documental em dois dicionários, nota-se que a definição não usufrui de consenso na terminologia brasileira. No Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 99), o termo é considerado como: “reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o suporte formato, e formato que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso”. Já no Dicionário de Terminologia Arquivística de Camargo & Belloto (1996, p. 52), entende-se como: “configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo”.



Entre as definições apresentadas, é importante salientar que o suporte e o formato, ao serem considerados características distintivas dos gêneros documentais, deslocam da definição o atributo pelo qual se distinguem os diferentes gêneros, ou seja, é no sistema de signos utilizados na comunicação do conteúdo, atributo que melhor contemplaria a definição do conceito.

A predominância do texto, som, imagem e/ou suas combinações forma a linguagem pela qual se configuram os documentos, definindo-se o gênero ao qual pertencem. A exceção dos objetos, conforme destaca Camargo (2011), é que, desprovidos de linguagem, os objetos têm na aplicação do termo *realia*² uma melhor compreensão quando comparado ao equivocado termo tridimensional, uma vez que todos os suportes, até mesmo o papel, são tridimensionais.

O entendimento de que suporte e formato são características distintivas na definição do gênero ao qual pertencem pode levar a uma prática equivocada. Por exemplo: uma placa em metal pode condicionar o profissional a admitir por conta do suporte que se trata de *realia*. Entretanto, a título de exemplo, observa-se na figura 1 uma placa confeccionada em metal, cujo gênero ao qual pertence é o textual.

² Camargo (2011, p 158) utiliza o termo, emprestado da Biblioteconomia, aplicado aos objetos coletados na natureza (pedras, conchas, insetos, etc.) e também àqueles fabricados pelo homem, artesanal ou industrialmente, em contraponto ao que é literatura ou ao que é réplica.

Figura 1 - Placa



Fonte: Acervo Ruth Cardoso (Fundação FHC).

Na figura 1, observa-se que, independentemente do suporte, o sistema de signos empregado para comunicação da ação é o texto. Portanto, ao identificar um gênero documental, deve-se atentar à linguagem predominante para além do material do suporte.

A placa (figura 1) que compõe o Acervo Ruth Cardoso foi ofertada à titular pelo Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), em 1997. A metodologia utilizada pela Fundação FHC para organização de acervos é pautada em uma abordagem contextual com foco na tipologia documental. A Instituição abriga documentos de diferentes gêneros e submete todos ao mesmo projeto descritivo, que conta com dois glossários: um de documentos e outro de atividades e eventos.

O glossário de documentos apresenta espécies e tipos documentais a partir dos documentos identificados no Acervo da Fundação FHC. O esforço em torno da sistematização dos tipos e a definição de seu espectro é significativo para o desenvolvimento de uma tipologia padronizada, o que se trata de um recurso tanto aos profissionais que os descrevem quanto aos usuários.

O verbete da placa traz como definição: “folha de material resistente (metal, vidro, plástico etc.) com inscrições comemorativas ou manifestações de admiração e respeito”



(FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2018, p. 22). Isso permite, como no exemplo de Yeo, olhar um pássaro e diferenciar uma águia de um tordo.

A nomeação dos documentos tem se mostrado a abordagem mais coerente na organização de acervos. A identificação tipológica é fundamental para o estudo das atividades e ações representadas nos documentos, e também permite identificar as formas de comunicação entre o produtor e os demais indivíduos retratados nos documentos.

2.1. Nomear as partes do todo

O ato de nomear documentos a partir da sua espécie e atividade geradora em diferentes gêneros documentais pode surpreender pela diversidade de tipologias. E, conforme explica Camargo (2015, p. 17), nomear documentos é um “desafio similar ao que enfrentam os curadores de museus: identificar cada objeto e os nomes pelos quais foram e são conhecidos”.

Cada gênero documental é composto por uma gama de documentos que viabilizam atividades e são provas das circunstâncias que os originaram. Um troféu, assim como um certificado, pode ser prova do êxito em uma competição. Para Yeo, um documento pode não ser a única representação de uma dada atividade:

A ata de uma reunião de conselho, as notas taquigrafadas da secretária e os rascunhos de apontamentos feitos por um membro do conselho durante a reunião são, todos eles, representações de uma mesma atividade, mas a representam de modos diferentes. Conhecer o contexto de cada documento é essencial para o seu entendimento. (YEO, 2007, p. 336, tradução nossa).

O contexto de produção nos revela “as circunstâncias que fizeram com que o documento existisse e tivesse um suporte, uma forma e um formato específicos, configurando um determinado tipo documental” (GONÇALVES, 1998, p. 20). É importante salientar que o sentido dos documentos não textuais no conjunto ao qual pertencem depende majoritariamente de elementos textuais que lhe são associados e que permitem conhecer o seu contexto de origem.



Um retrato de família, uma pedra ou uma escultura, para serem entendidos como parte do todo, necessitam de informações associadas que nos permitam reconhecer, segundo Terry Eastwood (1993, p. 115), “o valor dos documentos como registro do que aconteceu e como aconteceu no contexto em que aconteceu”. E conforme destaca Camargo:

Pode-se afirmar que em relação aos textuais os documentos de outros gêneros têm funcionado como coadjuvantes ou complementares. É o que ocorre com a iconografia, utilizada como recurso enfático em determinados escritos. E também com documentos que, de natureza icônica, como plantas e mapas, não prescindem de legendas e outras inscrições que lhes confirmam sentido. O caso da fotografia, hoje largamente empregada na cobertura de eventos diversos, é exemplar; as reportagens produzidas só sobrevivem como documentos de arquivo se munidas das informações que as atrelem às circunstâncias de origem (CAMARGO, 2011, p. 160).

Nesse sentido, o contexto é fundamental para a compreensão do significado dos documentos. E, segundo Yeo (2013), o conteúdo dos documentos raramente é explicável sem pelo menos algum conhecimento do seu contexto.

Em 1985, Fernando Henrique Cardoso recebeu o Prêmio Juca Pato, honraria entregue aos agraciados como “Intelectual do Ano”, pelo jornal Folha de S. Paulo e pela União Brasileira de Escritores (UBE). O troféu (figura 2), o discurso e a foto do evento integram o Acervo da Fundação FHC.

Figura 2 - Troféu



Fonte: Acervo Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC).

O troféu, isoladamente e sem nenhuma informação sobre a circunstância da sua produção e da sua atividade originária, poderia receber um tratamento individualizado que não permitiria a compreensão do lugar que ocupa no todo.

Nesse sentido, “conhecer o contexto de cada documento é essencial para o seu entendimento” (YEO, 2007, p. 336, tradução nossa). No contexto reside o ponto crucial do trabalho arquivístico e somente a partir de seu reconhecimento e interpretação é que poderemos vislumbrar as relações dos documentos, textuais e não-textuais, entre si e com as atividades que os originaram.



3 CONCLUSÕES

O significado pleno dos arquivos só se vislumbra a partir das relações dos documentos entre si. Sua natureza contextual permite, a partir das partes do todo, reconstruir o tempo e a circunstância em que foram produzidos.

Buscou-se neste estudo apresentar a importância das definições e de uma terminologia coerente e que não induza os profissionais da área a procedimentos equivocados. Um projeto descritivo unificado que contemple diferentes gêneros é o mais adequado para a manutenção da completude do acervo, explicitando vínculos e demarcando o contexto dos documentos. Não há mais espaço para divisões de acervos fruto de políticas que entendem objetos, livros, fotografias, vídeos e mídias como não passíveis de tratamento arquivístico.

A abordagem contextual com foco na tipologia documental é uma solução acertada na organização de acervos, capaz de garantir a estabilidade de sentido dos documentos e oferecer a diferentes comunidades de usuários os elementos fundamentais do tempo e circunstância nos quais os documentos foram produzidos.



REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BRENNEKE, Adolf; LEESCH, Wolfgang; PERRELLA, Renato. **Archivistica**: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea. 1968.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO Heloísa L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2012.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre o gênero documental. Seminário Serviços de Informação em Museus, p. 157-165, 2011.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre espécies e tipos documentais. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). **Dar nome aos documentos: da teoria à prática**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 14-30.
- EASTWOOD, Terry. How Goes It With Appraisal? **Archivaria**, v. 36, p. 111-121, 1993.
- FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FFHC). Glossário de Documentos. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/jsp/doctosApoio/1/gloss%C3%A1rio_documentos_01_2019.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. -- (Projeto como fazer; 2). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.
- HERRERA, Antonia Heredia. En torno al tipo documental. **Arquivo e Administração**, v. 6, n. 2, 2007.
- PUT, Eddy. Une flore d'archives ? In: AUBRY, Martine; DOOM, Isabelle Chave et Vincent (Dirs.). **Archives, archivistes, archivistique dans l'Europe du Nord-Ouest du Moyen Âge à nos jours**. 2007. Disponível em: <<http://hleno.revues.org/185>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- YEO, Geoffrey. Concepts of record: evidence, information, and persistent representations. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.
- YEO, Geoffrey. Trust and Context in Cyberspace. Archives and Records. **The Journal of the Archives and Records Association**, v. 34, n. 2, p. 214-234, 2013.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

